

## COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

### REQUERIMENTO N° DE 2018

**(Do Sr. Paulão)**

*Requer que seja convidado o Senhor Rivaldo Barbosa de Araújo Júnior, Delegado Chefe da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro para prestar depoimento reservado sobre as investigações dos homicídios da Vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Pedro Gomes.*

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o plenário desta comissão, nos termos do artigo 24 inciso VII combinado com Art. 48. § 1º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja convidado a prestar depoimento reservado neste colegiado sobre as investigações dos homicídios da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Pedro Gomes, o Senhor Rivaldo Barbosa de Araújo Júnior, Delegado Chefe da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro.

### JUSTIFICATIVA

Os assassinatos da vereadora Marielle Franco e Anderson Gomes levaram centenas de pessoas às ruas do Brasil e do mundo. Mais de um mês após o assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson, nenhuma pessoa foi identificada como mandante ou mesmo executor do crime.

Essas mortes provocaram fortes reações institucionais, inclusive internacionais. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), vinculada à Organização dos Estados Americanos (OEA), afirmou em comunicado público que o Estado brasileiro tem a obrigação de investigar “de

maneira séria, rápida, exaustiva, independente e imparcial, e punir os responsáveis intelectuais e materiais”.

Já o Sistema das Nações Unidas no Brasil (ONU Brasil) emitiu nota onde se posiciona exigindo “rigor na investigação do caso e breve elucidação dos fatos pelas autoridades, aguardando a responsabilização da autoria do crime”.

Esses posicionamentos da ONU e da OEA foram seguidos por outras organizações nacionais e internacionais de direitos humanos, como, por exemplo, o documento assinado por mais de 100 organizações de direitos humanos que foi lido no dia 20 de março durante sessão ordinária do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, em Genebra. No Parlamento europeu, deputados prestaram um tributo a Marielle no dia seguinte à sua morte e pediram a suspensão das negociações comerciais para um acordo de livre comércio entre a Europa e o Mercosul.

Em nota divulgada na sexta-feira (13), a Anistia Internacional voltou a cobrar resposta das autoridades. “O Estado deve garantir que o caso seja devidamente investigado e que tanto aqueles que efetuaram os disparos quanto aqueles que foram os autores intelectuais deste homicídio sejam identificados. Caso contrário envia uma mensagem de que defensores de direitos humanos podem ser mortos e que esses crimes ficam impunes”.

Todavia, passados mais de 30 dias dos covardes homicídios poucas informações foram divulgadas até o momento. Ninguém foi identificado como mandante ou mesmo executor do crime.

Por todas essas razões, apresento o presente requerimento para cuja aprovação solicito o apoio dos dignos pares.

Sala da Comissão, em 17 de abril de 2018.

**PAULÃO – PT/AL**  
Deputado Federal